



1 de março de 2018

**Tomar as medidas necessárias
para impor nossas
reivindicações!**

Contatos: www.pormassas.org / e-mail: por@pormassas.org

É PRECISO APROVAR A GREVE POR TEMPO INDETERMINADO PARA DERROTAR AS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA FEDERAL E MUNICIPAL

**Nada de ficar refém do calendário do Parlamento!
A luta da categoria é pela retirada dos projetos!**

Esta reunião de representantes deve indicar a combinação da luta contra as reformas com a defesa dos salários, empregos e condições de trabalho.

A Corrente Proletária na Educação foi a única corrente a defender a greve no carro de som na assembleia do dia 19. Compareceu, portanto, defendendo o método da ação direta como resposta aos ataques da burguesia, preservando o princípio da independência de classe. Evidenciou que a luta da categoria é pela retirada dos projetos de destruição de direitos, particularmente o PL 621 (Sampaprev).

A defesa da Corrente Proletária se chocou com o método dos demais agrupamentos, que esperam pela votação do projeto na Câmara. Pesou entre os professores e funcionários municipais a notícia de que o governo federal havia suspenso a Reforma da Previdência. E que para Doria seria mais difícil encaminhar um projeto descolado do federal. Daí a postura de aguardar o dia 8.

A assembleia do dia 19 de fevereiro aprovou o 8 de março, dia internacional de luta em defesa da libertação da mulher, como novo dia de greve, com manifestação e assembleia da categoria. Milhares de trabalhadores lotaram o Viaduto do Chá e a Praça do Patriarca, demonstrando sua enorme indignação com as medidas de ataque dos governos. É função desta reunião de representantes preparar a intervenção no dia 8, o que passa pela aprovação das medidas práticas correspondentes (visitas às escolas, reuniões com a comunidade etc.). Mas passa também pelo debate político e pela análise dos rumos da mobilização. A começar pela linha traçada pelas entidades gerais.

As principais centrais sindicais do país, como a CUT e a Força Sindical, estão defendendo uma política, no que se refere ao projeto de Reforma da Previdência, que se resume numa frase: “se botar pra votar, o Brasil vai parar”. A ameaça de paralisação contém uma aparência de combatividade, na medida em que indica a via da greve. Mas, o seu caráter condicionado à votação no Parlamento constitui um risco aos trabalhadores, que

é colocar o movimento a reboque do calendário do governo. O ponto de partida deve ser outro: os explorados devem confiar apenas em suas próprias forças.

O objetivo deve ser a retirada do projeto e não a derrota do mesmo no plenário do Congresso. Os deputados e senadores, ratazanas da política burguesa, se movimentam de acordo com seus interesses gerais de classe e suas ligações corporativas. Nada disso tem a ver com o interesse dos trabalhadores. Confiar nessa gente e não na força coletiva dos oprimidos significa abrir mão da independência de classe. Sem contar que essa política já foi aplicada pelas centrais no ano passado, quando a Reforma Trabalhista estava em pauta, e o resultado todos puderam ver: uma derrota fragorosa para os trabalhadores.

Outro risco colocado no horizonte de maneira abrupta está relacionado à intervenção militar no estado do Rio de Janeiro. A medida tomada pelo governo de ditadura civil de Temer tem criado uma falsa sensação de tranquilidade, que beira à irresponsabilidade. A direção majoritária do SINPEEM chegou a postar em seu site que “a tramitação da reforma da Previdência de Temer está suspensa em função da intervenção federal no Rio de Janeiro e **deve ficar para o próximo governo**” (grifo nosso).

Não é esse o comportamento que se espera de uma direção classista. Em primeiro lugar, porque não há uma nota sequer do sindicato contra a reacionária intervenção no RJ. Segundo, pois a única ação política cabível nessa situação deveria ser a de reunir a força social para derrotar o projeto, exigindo a sua retirada. A direção majoritária caminha no sentido contrário, induzindo a categoria a abaixar a guarda. Esse posicionamento só permitirá ao governo (não importa se “esse” governo ou o “próximo”) recobrar as suas forças e dar o bote quando os trabalhadores estiverem desmobilizados. Afinal, não foi exatamente o que sucedeu com a Reforma Trabalhista? As centrais ficaram contando os votos dos deputados, confiando na possibilidade de arrancar alguma vitória por essa via e deu no que deu.

A direção majoritária do SINPEEM parece que não aprendeu coisa alguma com a experiência. Tem seguido a mesma tática em relação à questão municipal, particularmente diante da Sampaprev. O fato do Cláudio Fonseca, presidente do sindicato, ser também vereador da base do prefeito João Doria só piora as coisas. Fonseca precisa, de um lado, tentar descolar sua imagem do prefeito tucano, o que explica o tom relativamente inflamado dos seus últimos discursos. Por outro lado, não pode simplesmente chocar com a Câmara, tendo em vista a necessidade de preservar sua posição como suposto “representante” dos educadores naquela instância, alimentando a ilusão em seu “poder de negociação” como vereador.

A categoria não pode ficar à mercê desse jogo de cartas marcadas. O caminho a ser trilhado é outro. Esta reunião de representantes precisa afirmar a sua pauta de reivindicações, combinando a defesa dos direitos (contra as reformas da previdência federal e municipal, revogação das medidas já aprovadas, como a Reforma Trabalhista etc.) com a luta pelo salário, por emprego e condições de trabalho. E precisa também tomar as medidas necessárias para erguer a greve por tempo indeterminado, que é o único método capaz de dobrar a intransigência de Doria e Temer.

O SINPEEM terá de cumprir a importante tarefa de ser a ponta-de-lança de um amplo movimento do funcionalismo municipal, com capacidade para influenciar na dinâmica estadual e nacional de luta dos trabalhadores. Não cabe mais os chamados à unidade “só pra inglês ver”, a situação exige a presença dos trabalhadores de base nas ruas. E para convocar os demais setores à luta, o SINPEEM tem de ir à greve.